

Planejamento de Políticas Públicas Voltadas ao Desenvolvimento Sustentável: um Estudo de Caso no Município de Urubici/SC

Silvana Souza da Cruz ¹
Pedro Carlos Schenini ²
Fernando Amorim da Silva ³

UFSC – Departamento de Ciências da Administração
88040-900 Florianópolis SC

¹ silvanaadm@yahoo.com.br, ² schenini@cse.ufsc.br,
³ fernandoasilva@yahoo.com

Resumo: O crescimento sem limites da sociedade moderna tem feito com que o consumo dos recursos finitos da natureza seja cada vez maior, causando grandes impactos sociais e ambientais. Por isso os governos devem buscar, através de planos governamentais, atender às expectativas da sociedade, considerando o presente, o passado e as perspectivas para o futuro. Nesse contexto, o presente trabalho teve o objetivo geral de conhecer o planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do município de Urubici – SC. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se configurou como um estudo de caso de caráter exploratório-descritivo. Foram utilizados dados primários, coletados por meio de entrevistas e observação, e secundários obtidos na pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados indicaram que a comunidade objeto de estudo desconhece planos do poder público municipal com relação ao desenvolvimento sustentável; assim, foram propostas ações nos setores de recursos naturais, infra-estrutura e qualidade de vida, geração de emprego e renda, desenvolvimento rural, pesquisa e desenvolvimento e educação ambiental, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental do município.

Palavras Chave: Desenvolvimento Sustentável; Planejamento Estratégico, Políticas Públicas.

Abstract: The unlimited growth of modern society has accelerated the consumption of the finite resources of nature, causing social and environment impacts. Thus, governments must search, through governmental plans, to take care of to the expectations of the society, considering the gift, the past and the perspectives for the future. In this context, the present work had the general objective to know the planning of public politics directed to the sustainable development of the city of Urubici - SC. The research might be configured as a exploratory and descriptive case study. Had been used primary data, collected by interviews and observation, and secondary data in bibliographical and documentary sources. Results had indicated that the community is unaware of plain of the municipal public power with relation to the sustainable development; thus, they had been proposals action in the sectors of natural resources, infrastructure and quality of life, generation of job and income, agricultural development, research and development and ambient education, with the purpose to promote the economic, social and ambient development of the city.

Keywords: Sustainable Development; Strategic Planning; Public Policies.

1. Introdução

A idéia de desenvolvimento que orienta a ação dos homens ao longo dos tempos vem gerando um crescimento sem limites, transformando a organização social do homem e o meio que o rodeia. Esse processo tem feito com que o consumo dos recursos finitos da natureza seja cada vez maior, causando grandes impactos sociais e ambientais. O crescimento ocorrido após a Revolução Industrial foi de fato importante para a melhora da qualidade de vida das pessoas, no entanto, os custos desse processo também foram altos e hoje se tem como grande desafio à inserção das variáveis social e ambiental no processo de desenvolvimento.

A partir da década de 60, movimentos passaram a ser realizados pela comunidade internacional para discutir a questão dos impactos sofridos pelo ambiente e a sociedade, buscando alternativas para um desenvolvimento equilibrado com a conservação dos recursos naturais. Essas mobilizações culminaram com a Conferência sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972), e pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovida no Rio de Janeiro em 1992.

Um resultado desse encontro foi o lançamento da Agenda 21, um documento que contém compromissos assumidos entre os países participantes, para a mudança do padrão de desenvolvimento no próximo século. A idéia era tornar possível a construção de um plano de ação e um planejamento participativo global, nacional e local, capaz de permitir o nascimento de um novo paradigma de desenvolvimento. A Agenda 21 tem nas ações locais a sua principal forma de atingir o desenvolvimento sustentável, dessa forma, além dos países participantes terem assumido o compromisso de elaborar e implantar a sua própria Agenda 21 de acordo com suas peculiaridades, também criou-se a Agenda 21 Local, que se destina a aplicar os princípios e diretrizes aos municípios e comunidades, como parte da estratégia global.

Nas cidades, a complexidade das estruturas sociais, econômicas e ambientais transforma a busca pelo desenvolvimento sustentável uma tarefa das mais difíceis. “O desenvolvimento sustentável das cidades implica no crescimento dos fatores positivos para a sustentabilidade urbana e diminuição dos impactos ambientais, sociais e econômicos indesejáveis no espaço urbano” (ROSSETO, 2003, p. 36).

Diante desse contexto, o presente trabalho teve o objetivo geral de estudar o planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do município de Urubici – SC, tendo como base a situação do município no ano de 2005. Para alcançar o objetivo geral deste trabalho, apresentam-se como objetivos específicos:

- a) Analisar as expectativas da sociedade local com relação às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável;
- b) Propor ações para atingir o desenvolvimento sustentável do município com base nos princípios da Agenda 21;
- c) Identificar as dificuldades de implementação do plano de ação proposto.

Em meio à complexa e interdisciplinar teoria que aborda as questões sócio-econômicas e ambientais, este trabalho mostra-se importante pela oportunidade de verificar cientificamente os passos para o planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável no município de objeto do estudo.

2. Pressupostos teóricos

2.1. Desenvolvimento sustentável

A partir da década de 1980 houve uma disseminação do termo desenvolvimento sustentável, gerando uma multiplicidade de definições. A definição mais conhecida e utilizada é a constante do Relatório Brundtland, segundo a qual este é um processo de mudança na qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais serão feitas consistentemente ao atendimento às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Para Kelly e Moles (apud Rosseto, 2003), o desenvolvimento sustentável envolve fundamentalmente três grandes áreas: pessoas vivendo com direito à justiça e igualdade de tratamento; eliminação ou redução da degeneração ambiental; e as futuras gerações não serem inviabilizadas com os resultados das ações atuais. De acordo com van Bellen (2005, p. 33), talvez o fato de existirem diferentes concepções ambientalistas sobre a ideologia de desenvolvimento sustentável possa explicar a existência das diversas definições desse conceito. Entretanto, um conceito como o do desenvolvimento sustentável, com várias concepções, não pode ser operacionalizado, o que prejudica a implementação e a avaliação dos processos desse novo modelo de desenvolvimento. Existe a necessidade de definir concretamente o conceito, verificando criticamente o seu significado e observando-se as diferentes dimensões que abrange.

Sachs (1986) considera a sustentabilidade um conceito dinâmico que engloba um processo de mudança e apresenta cinco dimensões para o desenvolvimento sustentável:

- a) Sustentabilidade social – maior equidade na distribuição de renda e bens;
- b) Sustentabilidade econômica – redução dos abismos norte/sul, por meio de um fluxo permanente de investimentos públicos e privados;
- c) Sustentabilidade ecológica – qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais;
- d) Sustentabilidade espacial – melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos;
- e) Sustentabilidade cultural – evitar conflitos culturais.

A partir dessas definições é possível perceber que o conceito de desenvolvimento sustentável refere-se principalmente às conseqüências da relação entre atividade econômica e meio ambiente na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura (ROSSETTO, 2003).

A aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável à realidade requer medidas por parte de toda a sociedade, entre elas: um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório; um sistema econômico capaz de gerar excedentes e conhecimento técnico em bases confiáveis e constantes; um sistema social capaz de resolver as tensões causadas pelo desenvolvimento não-equilibrado; um sistema de produção que respeite e preserve a base ecológica do desenvolvimento; um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções; um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento; e, um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se. (ROSSETTO, 2003)

2.2. Agenda 21

Da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, resultaram os princípios fundamentais e o plano de ação para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 é o resultado desta Conferência, que foi chamada de Rio 92, encontro para abordar assuntos relacionados à poluição, ao esgotamento dos recursos naturais e a qualidade de vida humana. Representa o consenso internacional para iniciar a implementação de um novo estilo de desenvolvimento, capaz de conciliar o desenvolvimento social e econômico estável, equilibrado, com mecanismos de distribuição de riquezas, apto a gerar maior inclusão social e econômica e respeitar a fragilidade e a interdependência dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos naturais, condição para o atendimento das necessidades das gerações futuras e para a sobrevivência do planeta.

Os temas abordados pela Agenda 21 não são restritamente ambientais, pois esta aborda equitativamente os aspectos ambiental, econômico e social. Trindade (1997) expõe que a Agenda 21 é um conceito potencialmente integrador das atividades das autoridades responsáveis pelo meio ambiente, e do próprio planejamento governamental como um todo. É mais uma agenda de desenvolvimento do que uma agenda ambiental. Portanto, a elaboração da Agenda 21 deve resultar da convergência de um diálogo amplo entre as partes interessadas (*stakeholders*) da sociedade.

Dentro desse espírito de que a comunidade global é um reflexo das comunidades locais, surge a Agenda 21 Local, que é um processo no qual são identificadas as oportunidades e obstáculos para que o município alcance o desenvolvimento sustentável. Para Nascimento (2003), no processo de desenvolvimento da Agenda 21 Local, a comunidade aprende sobre as suas deficiências e identifica inovações, forças e recursos próprios, ao fazer as escolhas que a levarão a se tornar uma sociedade sustentável.

Como muitos dos problemas e soluções tratados na Agenda 21 têm suas raízes nas atividades locais, a participação e cooperação das autoridades locais será um fator determinante na realização de seus objetivos. As autoridades locais constroem, operam e mantêm a infra-estrutura econômica, social e ambiental, supervisionam os processos de planejamento, estabelecem as políticas e regulamentações ambientais e contribuem para a implementação de políticas ambientais nacionais e subnacionais. Como nível de governo mais próximo do povo, desempenham um papel essencial na educação, mobilização e resposta do público, em favor de um desenvolvimento sustentável. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000)

O objetivo principal da Agenda 21 Local deve ser “a formulação de políticas públicas, por meio de uma metodologia participativa, que produza um plano de ação para o alcance de um cenário de futuro desejável pela comunidade local e que leve em consideração a análise das vulnerabilidades e potencialidades de sua base econômica, social, cultural e ambiental” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000, p. 24).

2.3. Políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável

De acordo com Proops et al (1997, p. 106), “a sustentabilidade não é uma coisa a ser atingida, mas um processo contínuo. No entanto, um pré-requisito para a formulação de uma política relativa à sustentabilidade é uma visão do estado do mundo em direção ao qual desejamos avançar”. Dessa forma, a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável requer o uso da imaginação para se definir um estado do mundo no futuro, que possamos ter como meta. “Para avançar em direção ao desenvolvimento sustentável, são necessárias políticas criativas preocupadas com o longo prazo” (ibid, p. 106).

Para Cavalcanti (1997, p. 30), “política de governo para a sustentabilidade significa uma orientação das ações públicas motivada pelo reconhecimento da limitação ecológica fundamental dos recursos”. O autor define desenvolvimento sustentável como a qualificação ou restrição do crescimento econômico, reconciliando progresso material com a preservação da base natural da sociedade, garantindo, desta forma, o nível do produto social, a qualidade do meio ambiente e a qualidade de vida.

Cavalcanti (1997, p. 30), resume os aspectos da política pública voltada para a sustentabilidade como uma política comprometida com a sustentabilidade tem que desencorajar aquilo que cause ameaças à saúde de longo prazo do ecossistema e à base biofísica da economia, tal como, ineficiência, lixo, poluição, throughput, uso excessivo ou garimpo de recursos renováveis, dissipação de recursos esgotáveis etc. Opostamente, ele tem que impulsionar aquilo

A busca pelo desenvolvimento sustentável, equitativo, economicamente eficiente e politicamente viável deve engajar todos os setores da sociedade, Cavalcanti (1997) considera que pelo menos três parâmetros devem ser levados em conta nesta busca: educação, gestão participativa e diálogo entre as partes envolvidas.

Pinho e Santana (2002), apresentam algumas categorias de inovação no setor público que podem servir de exemplos de políticas para a sustentabilidade:

- a) Gestão democrática, que seria uma gestão participativa, comunitária, sem paternalismo, com combate ao clientelismo, entendendo que a participação pode se dar em várias esferas: na concepção, no planejamento, nas decisões e na operacionalização;
- b) Descentralização e desburocratização dos serviços públicos, considerados como um movimento no sentido de uma maior democratização em que a tônica das ações baseia-se em levar os serviços aos usuários rompendo com as formas centralizadas tradicionais de gestão pública, visando facilitar a vida dos cidadãos;
- c) Incorporação dos excluídos e minorias, categoria esta que resulta da percepção por parte dos governos da existência de uma situação de exclusão social que precede a condição de cidadania, situando-se no plano humanitário, como a questão da fome e da desnutrição;
- d) Manutenção de valores tradicionais como o zelo pelo patrimônio público, senso comunitário, participação da família no atendimento à saúde etc;
- e) Despertar para questões como consciência ecológica expressa na preservação dos recursos naturais, redução do consumo de água, controle biológico de pragas, recuperação de matas, coleta seletiva, reciclagem de papel, atenção à terceira idade, prevenção ao uso de drogas, despertar o hábito da leitura em populações de baixa renda, programas de saúde voltados à saúde e não à doença, conscientização de problemas de trânsito etc.

Assim, entende-se que alcançar um desenvolvimento sustentável requer um sistema político e econômico estável, que permita a participação de toda a sociedade, com vistas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental.

3. Aspectos metodológicos

Este trabalho, em relação aos fins a que se propõe, é de cunho exploratório e descritivo. Exploratório porque busca levantar e sistematizar dados relacionados ao processo que se pretende implantar. Descritivo porque visa descrever a situação atual do município Urubici e as expectativas em relação a políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

A estrutura utilizada no decorrer deste trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, visto que, não há medidas e as possíveis inferências não são estatísticas e procura-se fazer análises em profundidade com base em critérios pré-estabelecidos, obtendo-se as percepções dos elementos pesquisados sobre os eventos de interesse.

Quanto aos meios, a pesquisa pode ser classificada como sendo um estudo de caso, no momento em que se dedica ao caso específico do estudo de políticas públicas no município de Urubici. Essa técnica seleciona um objeto de pesquisa restrito, visando aprofundar os aspectos característicos, cujo foco pode

ser qualquer fenômeno individual, ou um de seus aspectos.

O procedimento de coleta de dados foi planejado em função dos objetivos geral e específicos da pesquisa, dessa forma foram realizadas coleta de dados em fontes secundárias e fontes primárias.

O presente trabalho se baseou, primeiramente, na pesquisa exploratória de dados secundários, os quais se constituem de dados já existentes, registrados e trabalhados. Estes dados foram coletados através de consulta as bibliografias existentes sobre o tema da pesquisa, bem como, documentos oficiais, artigos e fontes digitais.

A coleta de dados em fontes primárias foi realizada através de entrevista pessoal individual do tipo não estruturada não disfarçada. Além da análise bibliográfica e documental, foram colhidas informações condizentes com o contexto da pesquisa com representantes sociais relevantes ao tema. Para a escolha da amostra foram levados em consideração aspectos como disponibilidade para responder, algum conhecimento do assunto da pesquisa, diferentes classes sócio-econômicas e profissionais. Estes agentes sociais foram representados pelos seguintes participantes:

- 01 representante do poder público: secretário municipal;
- 02 representantes do setor rural: agricultores;
- 01 representante do poder privado: empresário de organização privada;
- 01 representante do setor social: representante do conselho tutelar;
- 02 representantes da comunidade: 01 advogado e 01 estudante.

A grande preocupação na escolha destes participantes diz respeito, principalmente, a sua representatividade e qualidade, em detrimento de sua quantidade, pois se tratando de pesquisa com delineamento qualitativo, este fator é fundamental.

A análise dos dados foi feita, de uma forma geral, através do cruzamento da teoria que cerca o assunto com o diagnóstico levantado do município. Com relação às análises qualitativas das entrevistas foi possível, apesar de existirem diferenças nos pontos de vistas individuais, chegar a um entendimento e uma explicação para os problemas levantados, justamente pelo motivo de o pesquisador estar analisando sob um ângulo diferente e com vistas a um entendimento da realidade dos fatos e não a justificativa de ações.

Como metodologia para análise das entrevistas se procurou diversificar e trabalhar, ao máximo, com as idéias e opiniões expressas pelos participantes. Esses pensamentos foram cruzados para obter uma opinião geral ou real com relação ao problema de pesquisa proposto.

4. Apresentação e análise dos dados

4.1. Expectativas da comunidade quanto ao desenvolvimento sustentável do município

De forma geral, os entrevistados afirmaram que não têm conhecimento de políticas ou projetos voltados ao desenvolvimento sustentável. Muitos não conheciam o termo e outros o confundiam com crescimento econômico.

A principal reclamação dos entrevistados, especialmente dos entrevistados do setor rural, é a falta de incentivos para garantir a geração de renda e a produção no município. Segundo um representante do setor social "... o governo municipal é fraco para garantir a geração de emprego".

De uma forma geral, todos os entrevistados acreditam que deveria ser incentivada a instalação de uma indústria em Urubici que estivesse ligada à produção agrícola da cidade, ou seja, fosse uma empresa de agregação de valor à produção do município e gerasse emprego e renda para a população mais pobre.

Afirmaram sentir carência de estudos que auxiliem na diminuição da perda das safras por pragas e que orientem quanto ao tipo de cultivo adequado para o solo do terreno e formas de diversificação da produção.

Com relação à pobreza no município, foi dito que a pobreza diminuiu nos últimos dois anos, devido aos empregos oferecidos pelas fazendas de maçã e as vagas disponibilizadas pela prefeitura para a separação e reciclagem de lixo. No entanto, esta visão não é compartilhada pelos representantes do setor privado, que acreditam que a pobreza é muito grande para um município do tamanho de Urubici e acrescentam que isto gera falta de segurança e violência.

Os entrevistados mostraram-se satisfeitos com os serviços de saúde, mas mostram-se preocupados quanto à contratação de mais profissionais para trabalhar na nova unidade que está sendo construída. Ademais, reclamaram da falta de profissionalismo na contratação de empregados nas empresas do município. De acordo com os entrevistados, não é levado em consideração as qualificações dos candidatos e sim as indicações, isto se reflete no mau atendimento que gera problemas ao setor turístico do município, que é considerado pela maioria dos entrevistados uma ótima fonte de geração de renda para a comunidade local.

No que tange aos recursos naturais há uma grande controvérsia, pois, os entrevistados do setor rural dizem que a fiscalização para a preservação, por um lado, é bom, pois garante a preservação da natureza, mas, por outro, impossibilita a utilização do solo e desta forma impede a geração de renda nestas terras. Segundo os entrevistados o Plano exigido pelos órgãos competentes para a utilização das áreas protegidas é muito caro e não há propostas de alternativas para os problemas econômicos dos donos dos terrenos.

As medidas para preservação impostas pelas autoridades competentes são vistas como repressoras pelos entrevistados do setor rural, não há conscientização da população nem caminhos para minimizar o impacto da questão ecológica na economia das famílias rurais.

Foi consenso entre os entrevistados que a falta de alternativas para solucionar este problema tem ocasionado o desestímulo dos proprietários rurais, a falta de cuidado com o solo e o desmatamento ilegal.

4.2. Propostas para o desenvolvimento sustentável de Urubici

4.2.1 Recursos Naturais

Com relação aos recursos naturais, o poder público deveria estimular a criação de comitês de gerenciamento dos recursos hídricos e conservação das nascentes no município, com a participação da sociedade civil organizada. Estes comitês devem ter por meta viabilizar um levantamento completo sobre as condições potenciais dos recursos hídricos, para servir de base para a criação de áreas de preservação, ou definir os limites da urbanização, visando garantir a existência desses recursos.

Ademais, o reflorestamento de margens de rios deve ser uma das prioridades do governo municipal, isto pode ser feito através de parcerias com os proprietários de terras nas encostas dos rios. A isso deveria ser somado o reflorestamento com mudas nativas como atividade econômica rentável.

Outras ações poderia ser tomadas, como, por exemplo, o estabelecimento de parceria para buscar recursos para prover o município com saneamento básico, realizando a coleta, tratamento e disposição final de esgoto em todas as residências. Ou, ainda, a profissionalização de agricultores, com de cursos de capacitação, com orientação para cuidados com o solo e com a poluição dos rios.

O que ficou evidente é que a iniciativa privada e o setor público devem adotar a valoração no uso dos ecossistemas do município, como forma de assegurar sua conservação e manutenção, obrigando que os projetos particulares ou públicos observem a reposição do que usam da natureza.

Por fim, o poder público deve fiscalizar, junto com a comunidade, para impedir a ocupação de áreas de risco e de preservação ambiental. E, juntamente com os órgãos responsáveis, fiscalizar o desmatamento das nascentes dos rios e a poluição dos rios e do lençol freático por agrotóxico. Também poderiam ser realizados debates com a comunidade sobre formas de conciliar a preservação da natureza com a continuidade das atividades rurais, sem prejuízo para os agricultores e buscar incentivos para as propostas da comunidade.

4.2.2. Infra-Estrutura e Qualidade de Vida

No que concerne à infra-estrutura e à qualidade de vida, deveria ser estabelecida uma política permanente do poder público de ações culturais que promovam a cidadania e conduzam a uma melhora na qualidade de vida das pessoas. O poder público poderia intervir para implementar um projeto que vise construir um mapa das manifestações culturais do município

Deveria, também promover a educação para a cidadania e para assegurar o pleno direito das pessoas deve ser um projeto do poder público, integrado às associações comunitárias, capacitando os educadores e os estudantes. Isso implicaria em: equipar as escolas com recursos audiovisuais e didático-pedagógicos, bem como prever ampliações e construção de escolas com antecedência para suprir a demanda; melhorar a qualidade de ensino e os índices de repetência e evasão escolar com a capacitação e valorização dos profissionais da educação e tornando o espaço escolar mais dinâmico e agradável através da utilização dos recursos da própria comunidade; avaliar e redimensionar o espaço físico das escolas.

Deveria ser definida uma política municipal de gestão dos resíduos sólidos, com embasamento no ciclo de valor econômico dos resíduos. Ademais, poderia ser proposto um programa de produção de energia alternativa, com predominância de tecnologias limpas de geração.

4.2.3. Geração de Emprego e Renda

No quesito geração de emprego e renda, o Poder Público deveria buscar recursos junto aos órgãos estaduais e federais para aumentar a geração de emprego através de subsídios e incentivos a iniciativa privada. Além disso, deveria oferecer cursos de capacitação de gestores ambientais, incentivando o turismo ecológico e de esportes radicais.

Poderia, ainda, planejar, junto com as empresas privadas do setor turístico, a utilização de circuitos integrados, envolvendo atividades sócio-culturais, econômicas, ecológicas, esportivas e de lazer e

promovendo a interação do turista com as áreas e comunidades visitadas.

Poderiam ser desenvolvidos, juntamente com o setor de comércio e de serviços, programas de capacitação e qualificação profissional para a sustentação de seus próprios setores e especialmente do setor de turismo.

4.2.4 Desenvolvimento Rural

Quanto ao desenvolvimento rural, poderia ser buscado apoio da Epagri e de universidades para desenvolver estudos neste sentido junto à comunidade, bem como, pesquisar as causas das perdas quantitativas na colheita, transporte e armazenagem da produção agrícola, avaliando soluções para evitar estas perdas.

O poder público poderia firmar convênios que possibilitem a distribuição de sementes de espécies nativas de interesse econômico e ambiental para a produção de mudas de qualidade, em viveiros públicos ou privados, destinadas à implantação de florestas. Outras ações possíveis seriam: viabilizar cursos sobre manejo sustentável e conservação do solo e sistemas de controle da contaminação por agrotóxicos; incentivar a criação de cooperativas de produtores rurais e a criação de uma marca forte para os produtos do município.

4.3.5 Pesquisa e Desenvolvimento

Em relação à pesquisa e ao desenvolvimento, o município poderia financiar o estudo de alternativas técnicas para a utilização de resíduos. Poderiam ser desenvolvidos projetos de pesquisa sobre flora e fauna.

Nesse item, é fundamental buscar parcerias para a realização de pesquisas para a busca do melhoramento genético de espécies vegetais de importância econômica para o município.

4.2.6. Educação Ambiental

No que concerne à educação ambiental, poderiam ser realizadas conferências e debates com a comunidade sobre a preservação do meio-ambiente. Outra alternativa possível seria a de inserir nos currículos escolares da rede municipal de ensino a educação ambiental, enfocando os aspectos históricos, culturais, econômicos e políticos e instruindo os educadores para que sejam divulgadores e formadores da consciência ambiental.

Por fim, poderia ser viabilizada a construção de um colégio agrícola no município. Nesse colégio, deveriam ser lecionadas disciplinas voltadas ao dia-a-dia da comunidade rural, preparando os alunos para assumirem as terras dos seus pais, profissionalizando, assim, a atividade rural e aumentando a produtividade e qualidade dos produtos. O colégio poderia ser um suporte à comunidade com relação à pesquisa nas áreas agrícola e ambiental.

4.3. Dificuldades de implementação das ações propostas

Os custos das ações propostas podem ser óbices para sua implementação, pois, a arrecadação do município é baixa e não suporta custos extras, como por exemplo, no setor do meio ambiente.

Um outro problema é falta de informações sobre o tema desenvolvimento sustentável e pouca experiência do setor público com relação a planejamentos de longo prazo e de políticas públicas que exigem a participação da comunidade e a concentração de esforços na busca dos objetivos comuns, em detrimento dos objetivos individuais.

Além disso, mesmo que sejam superadas as limitações do governo municipal, é necessário que a comunidade esteja disposta a participar e, para isso, faz-se necessária a conscientização da população em primeiro lugar.

5. CONCLUSÃO

Este estudo procurou alternativas para o planejamento e a implementação de políticas públicas que sejam condizentes com sustentabilidade que o cenário mundial, nacional e local requer. Assim, com o objetivo de estudar o planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do município de Urubici, este trabalho apresentou uma série de dados primários e secundários referentes ao seu processo de desenvolvimento.

Desta forma, buscou-se analisar as expectativas da sociedade local em relação às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Com esta análise, percebeu-se que a comunidade, além de, não conhecer ações do governo local com esse objetivo, não possuem a idéia clara do que seja desenvolvimento sustentável.

Após esta observação, foram propostas ações para alcançar um desenvolvimento sustentável no município, com base nos princípios da Agenda 21, nas responsabilidades do governo municipal e nas

sugestões da comunidade.

Essas ações foram separadas por setores, recursos naturais, infra-estrutura e qualidade de vida, geração de emprego e renda, desenvolvimento rural, pesquisa e desenvolvimento e educação ambiental. Sendo que, neste último foi proposto a instalação de um Colégio Agrícola, projeto este que implementado irá refletir positivamente em todos os outros setores.

Depois das propostas, foram identificadas as dificuldades de implementação das ações, e entre problemas relacionados a recursos financeiros e a consciência da necessidade de mudança, encontramos uma sociedade que precisa urgentemente aprender a planejar suas ações para não comprometer as gerações futuras.

Diante de problemas tão sérios quanto a escassez de água, visualizar uma cidade que possui tantos recursos hídricos e naturais importantes para a sustentação do meio ambiente e não possui planejamento a nível municipal para cuidar destes recursos, é preocupante. Mas, também, serve como estímulo para a busca de alternativas, não só para o município objeto de estudo, mas para toda sociedade.

Como recomendações, em primeiro lugar, destaca-se a importância em elaborar e implantar uma Agenda 21 Local para o município. Esse trabalho deve ser realizado em conjunto com a comunidade e seu processo de planejamento precisa estar atrelado à conscientização da sociedade e à capacitação da administração pública para implementá-la.

São necessários estudos mais detalhados do município, dividindo-o por áreas e verificando as necessidades específicas de cada área. Uma outra recomendação consiste na elaboração e viabilização de aplicação de um plano de marketing para Urubici, pois, o plano seria um ótimo instrumento de planejamento que abordaria tanto a questão do turismo, e com isso, de infra-estrutura, qualidade de vida, geração de emprego e renda e ecologia, quanto a questão da economia agrícola do município, promovendo a criação de uma marca para os produtos da cidade.

6 REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, C. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 21-39.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Construindo a Agenda 21 Local*. Brasília: MMA, 2000.

NASCIMENTO, Daniel Trento do. *Agenda 21: análise do processo de implantação da Agenda 21 Local no Município de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PINHO, J. A. G.; SANTANA, M. W. *O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90*. XXIV Encontro da ANPAD.

PROOPS, J. Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.) *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 104-111.

ROSSETTO, A. M. *Proposta de um sistema integrado de gestão do ambiente urbano (SIGAU) para o desenvolvimento sustentável de cidades*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vertice, 1986.

TRINDADE, S. C. Agenda 21: Estratégia de desenvolvimento sustentável apoiada em processos de decisão participativa. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.) *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 260-270.

VAN BELLEN, Hans Michael. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

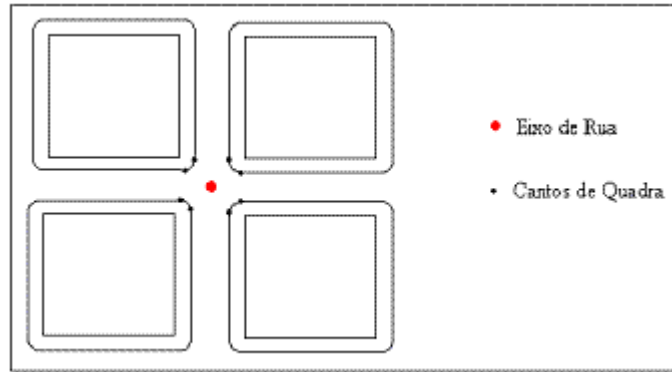


Figura 1:

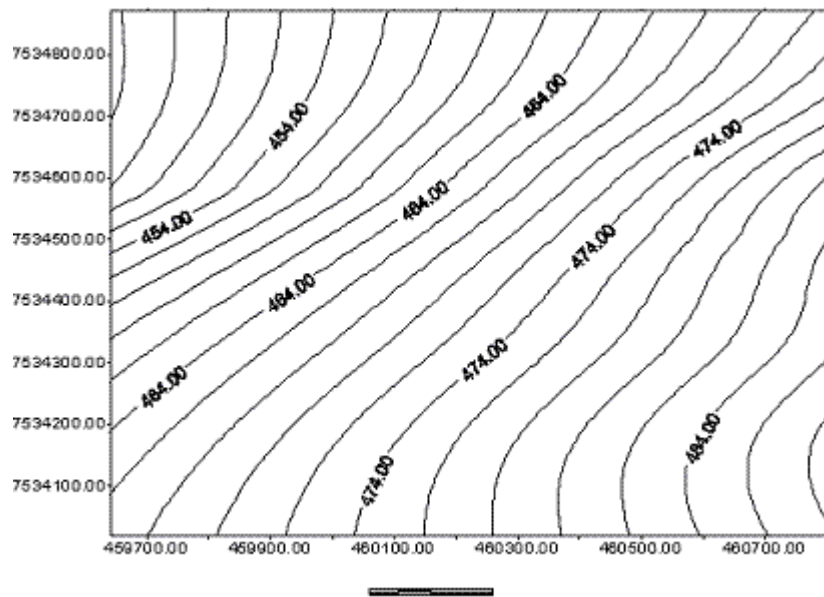


Figura 2:

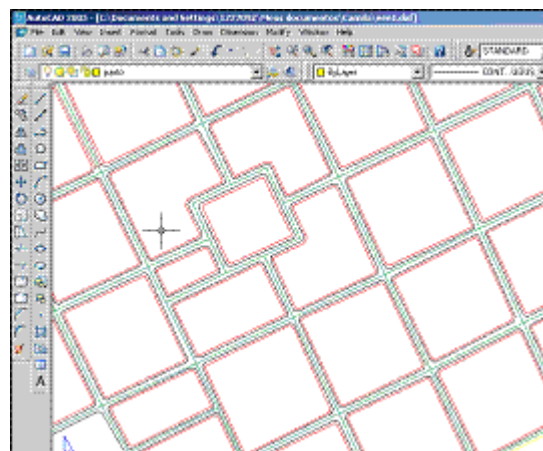


Figura 3:



Figura 4:

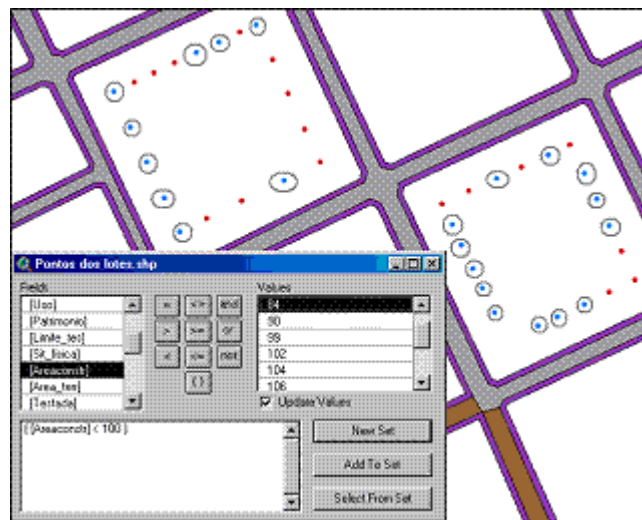


Figura 5: